

Brasidental Operadora de Planos Odontológicos S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais	5
Balanco patrimonial	8
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração dos fluxos de caixa (método direto)	10
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	11
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais	12

Relatório da Administração

(em milhares de reais)

Apresentamos as demonstrações financeiras e notas explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Desempenho Financeiro

Em 2023 o número de beneficiários atingiu 464.308, redução de 20.355 em relação a 2022. Atualmente a carteira é composta por clientes empresariais (76,9%), individuais (12,2%) e PME's (10,9%).

A receita operacional líquida (ROL) diminuiu 2,2%, passando de R\$117.901 em 2022 para R\$115.315 em 2023.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Contraprestações Líquidas (nota 18)	123.413	125.230
Cancelamentos (nota 18)	(3.424)	(2.328)
Tributos (nota 18)	(4.674)	(5.001)
ROL	<u>115.315</u>	<u>117.901</u>

As despesas assistenciais passaram de R\$49.534 em 2022 para R\$53.839 em 2023, um aumento de 8,7%. O índice de sinistralidade (despesas assistenciais dividida pela ROL) foi de 42,0% em 2022 e 46,7% em 2023.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Corresponsabilidade cedida (nota 18)	(14.516)	(14.390)
Eventos conhecidos ou avisados (nota 19)	(38.986)	(35.091)
Outras despesas (DRE)	(337)	(53)
Custo de serviços	<u>(53.839)</u>	<u>(49.534)</u>

A geração de caixa operacional, medida pelo critério do Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA) líquida da provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA), atingiu R\$29.401 em 2023 (R\$33.856 em 2022). A margem (LAJIDA dividido pela ROL) foi de 25,5% em 2023 (28,7% em 2022).

O lucro da Companhia foi de R\$22.909 em 2023 e R\$27.870 em 2022.

Distribuição de dividendos

De acordo com o Estatuto Social são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 50% calculados sobre o lucro líquido anual passível de distribuição.

Negócios sociais

O BB Dental Social é um produto social, cuja iniciativa da Brasil dental visa levar saúde bucal para crianças em vulnerabilidade social, realizado em parceria com a Fundação BB e a FENABB, por meio do Programa AABB Comunidade | Educação para o futuro. 502 crianças foram beneficiadas com mais de 2.000 tratamentos realizados no ano de 2023.

Fatos que influenciaram no desempenho

O desempenho comercial ficou abaixo do esperado/orçado, tendo sido compensado pela redução da inadimplência e PDD, além do controle efetivo da despesa administrativa escalável.

Perspectivas e planos da Administração para 2024.

As principais iniciativas da administração para o ano de 2024 são gestão de sinistralidade e inadimplência em todas as linhas de negócio, acompanhado do aumento de ticket médio e receita operacional, visando a manutenção do resultado da Companhia.

Acordos de acionistas

A Companhia é uma Controlada em Conjunto, com a Odontoprev S.A. (25% de participação) junto com a BB Seguros Participações S.A. (75% de participação), para operação de planos privados de assistência odontológica na administração, comercialização ou disponibilização dos referidos planos destinados a pessoas jurídicas e/ou físicas.

Em conformidade com a Resolução Normativa (RN) 517/2022 da ANS, a Companhia detém um contrato de compartilhamento de risco, junto à rede credenciada da Odontoprev S.A para atendimento aos seus beneficiários.

Conforme o artigo 32º, capítulo VI do Estatuto, a Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede, cabendo à administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias às suas disposições e ao Presidente das assembleias gerais e das reuniões do conselho de administração, abster-se de computar os votos lançados em infração a tais acordos, bem como tomar as demais providências dos §§ 8º e 9º do artigo 118 da Lei das S.A.

Auditoria Independente

A Brasil dental contratou a KPMG Auditores Independentes Ltda. para o serviço de auditoria das demonstrações financeiras de 2023, cujos honorários totalizam o valor de R\$ 155 mil.

Barueri, 14 de março de 2024.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A.
Barueri – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (Operadora), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Operadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Cláudio Rogélio Sertório

Contador CRC 1SP212059/O-0

Balço patrimonial

(em milhares de reais)

		31 de dezembro de	
ATIVO	Nota	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE		35.537	47.513
Disponível	5	1.118	2.639
Realizável		34.419	44.874
Aplicações Financeiras	6	27.688	41.111
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		7.195	6.499
Aplicações Livres		20.493	34.612
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	7	4.150	3.078
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		4.150	3.078
Despesas Diferidas	12.2	136	261
Créditos Tributários e Previdenciários	8	304	265
Bens e Títulos a Receber	9	2.066	157
Despesas Antecipadas		75	2
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.069	1.270
Realizável a Longo Prazo		770	1.091
Ativo Fiscal Diferido	10	770	837
Depósitos Judiciais e Fiscais		-	254
Imobilizado	11	299	179
TOTAL DO ATIVO		36.606	48.783

Balço patrimonial

(em milhares de reais)

		31 de dezembro de	
PASSIVO	Nota	2023	2022
PASSIVO CIRCULANTE		18.745	19.888
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		10.360	10.581
Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG	12.2	6.529	6.597
Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	12.2	3.831	3.984
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		4.880	4.740
Contraprestações / Prêmios a Restituir		5	2
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios		528	480
Comercialização sobre Operações		7	55
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	13	4.340	4.203
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	14	927	2.219
Débitos Diversos	15	2.578	2.348
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		308	251
Provisões		308	251
Provisões para Ações Judiciais	16	308	251
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		17.553	28.644
Capital social	17.1	9.500	9.500
Reservas		8.053	19.144
Reservas de lucros	17.2	8.053	12.144
Dividendo adicional proposto	17.3	-	7.000
TOTAL DO PASSIVO		36.606	48.783

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Exercício findo em 31 de dezembro de	
		2023	2022
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde	18	100.799	103.511
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		105.473	108.512
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos		105.473	108.512
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(4.674)	(5.001)
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos		(38.833)	(34.860)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	19	(38.986)	(35.091)
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados	12.2 e 19	153	231
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		61.966	68.651
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	20	1.543	118
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(4.001)	(6.153)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(337)	(53)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	7	(3.664)	(6.100)
RESULTADO BRUTO		59.508	62.616
Despesas de Comercialização		(5.662)	(5.848)
Despesas Administrativas	21	(22.330)	(18.928)
Resultado Financeiro Líquido	22	3.919	4.725
Receitas Financeiras		5.374	4.526
Despesas Financeiras		(1.455)	199
Resultado Patrimonial		1	-
Receitas Patrimoniais		3	-
Despesas Patrimoniais		(2)	-
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		35.436	42.565
Imposto de Renda	23	(8.787)	(9.756)
Contribuição Social	23	(3.176)	(3.517)
Impostos Diferidos	23	(67)	(1.150)
Participações sobre o Lucro		(497)	(272)
RESULTADO LÍQUIDO		22.909	27.870

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

(em milhares de reais)

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	22.909	27.870
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	22.909	27.870

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Direto

(em milhares de reais)

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de plano de saúde	120.067	125.615
Resgate de aplicações financeiras	94.910	85.556
Recebimentos de juros de aplicações financeiras (nota 6)	4.504	4.312
Outros recebimentos operacionais	2.732	261
Pagamentos a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(53.366)	(49.351)
Pagamentos de comissões	(5.586)	(5.680)
Pagamentos de pessoal	(2.548)	(2.553)
Pagamentos de pró-labore	(1.324)	(1.373)
Pagamentos de serviços de terceiros	(13.810)	(13.925)
Pagamentos de tributos	(19.044)	(19.096)
Pagamentos de processos judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(406)	(3.621)
Pagamentos de aluguel	(6)	(6)
Pagamentos de promoção/publicidade	(1.059)	(1.318)
Aplicações financeiras	(78.010)	(94.578)
Outros pagamentos operacionais	(13.946)	(2.828)
AUMENTO DE CAIXA GERADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	33.108	21.415
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento de ativo imobilizado - outros	60	-
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - outros	(250)	-
CAIXA (APLICADO) EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(190)	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamentos de participação nos resultados	(439)	(360)
Outros pagamentos das atividades de financiamento	(34.000)	(20.678)
REDUÇÃO DE CAIXA APLICADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(34.439)	(21.038)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.521)	377
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Saldo inicial	2.639	2.262
Saldo final	1.118	2.639
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.521)	377
Ativos livres no início do exercício	37.251	32.771
Ativos livres no final do exercício	21.611	37.251
AUMENTO (REDUÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS – RECURSOS LIVRES	(15.640)	4.480

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

(em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
31 DE DEZEMBRO DE 2021		9.500	1.900	5.774	4.278	-	21.452
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	27.870	27.870
Proposta de destinação do lucro:	17.3	-	-	4.470	2.722	(27.870)	(20.678)
Dividendo adicional aprovado na AGO		-	-	-	(4.278)	-	(4.278)
Dividendos intercalares		-	-	-	-	(16.400)	(16.400)
Dividendo adicional proposto a ser submetido à AGO		-	-	-	7.000	(7.000)	-
Constituição reserva de retenção de lucros		-	-	4.470	-	(4.470)	-
31 DE DEZEMBRO DE 2022		9.500	1.900	10.244	7.000	-	28.644
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	22.909	22.909
Proposta de destinação do lucro:	17.3	-	-	(4.091)	(7.000)	(22.909)	(34.000)
Dividendo adicional aprovado na AGO		-	-	-	(7.000)	-	(7.000)
Dividendos intercalares		-	-	-	-	(22.000)	(22.000)
Dividendos intermediários		-	-	(5.000)	-	-	(5.000)
Constituição reserva de retenção de lucros		-	-	909	-	(909)	-
31 DE DEZEMBRO DE 2023		9.500	1.900	6.153	-	-	17.553

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional e informações gerais

A Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (Brasildental ou Companhia), sociedade anônima de capital fechado, com sede na Alameda Araguaia, 2104, 19º andar, conjunto 194 A, Alphaville Industrial – Barueri, São Paulo – Brasil, iniciou suas operações em 12 de março de 2014, tendo obtido registro junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em 14 de julho de 2014.

A Companhia possui como acionistas a Odontoprev S.A. (Odontoprev) e a BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros), com 25% e 75% de participação, respectivamente. O controle acionário é conjunto.

Mediante contrato de associação entre BB Seguros, BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A (BB Corretora), Banco do Brasil (BB) e Odontoprev, há o objetivo de, por meio da Brasildental, desenvolver e divulgar, e, por meio da BB Corretora, distribuir e comercializar planos odontológicos sob a marca BB Dental, com exclusividade em todos os canais BB no território nacional. A Odontoprev Serviços (Controlada da Odontoprev) é responsável pelo suporte à operação de planos odontológicos da Brasildental, o que compreende atendimento via *call center* e pós venda, desenho de produtos e planos, assessoria jurídica, suporte regulatório e para operações financeiras, contábeis, tecnologia e relatórios gerenciais.

O atendimento aos beneficiários da Brasildental junto à rede credenciada da Odontoprev é suportado por contrato de compartilhamento de risco, de acordo com a Resolução Normativa (RN) 517/2022 da ANS e atualizações.

A Brasildental enquadra-se como operadora odontológica no segmento terciário de acordo com a Resolução Normativa (RN) nº 531 de 02 de maio de 2022 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Aprovação das demonstrações financeiras

A aprovação das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração (CA) em 14 de março de 2024.

2. Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

2.1 Elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem as normas instituídas pela própria Agência e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados e aprovados pela ANS. Tais demonstrações foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o plano de contas da ANS.

A Administração declara também que estas demonstrações financeiras estão sendo elaboradas seguindo a premissa de continuidade de suas operações.

Esta é a primeira apresentação das demonstrações financeiras da Companhia em que a CPC 48 - Instrumentos Financeiros foi aplicada.

A Companhia fez a avaliação e concluiu que não há impactos quantitativos referente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros, adicionalmente foram revistas as categorias de classificação dos ativos financeiros, já refletidos nas notas de práticas contábeis destas demonstrações financeiras.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são avaliados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). Tais demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Ativo circulante

2.3.1 Classificação

(a) Disponível (caixa e equivalentes de caixa)

Corresponde às disponibilidades que inclui dinheiro em caixa e em bancos, bem como numerários em trânsito que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da Companhia sem restrições para o uso imediato (nota 5).

Equivalentes de caixa são ativos de alta liquidez mantidos para atender a compromissos de curto prazo, os quais possuem vencimentos originais em até três meses de sua aquisição com risco insignificante de mudança de valor.

(b) Aplicações financeiras (ativos financeiros ao valor justo através do resultado)

De acordo com a norma CPC 48, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo através do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, a entidade pode, no reconhecimento inicial, designar de modo irrevogável o ativo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado se, ao fazê-lo, puder eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração (descasamentos contábeis).

Os ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado da Companhia são classificados dessa forma visto que não são aprovados no teste de SPPI (“*Solely Payments of Principal and. Inertes*”) de acordo com as orientações do CPC 48. Para esses ativos, a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Tais ativos financeiros correspondem a aplicações financeiras contabilizadas no ativo circulante (notas 4.1.1 e 6) e mudanças em seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

(c) Ativos Financeiros ao custo amortizado (Recebíveis)

São ativos financeiros mantidos pela Companhia a fim de receber fluxos de caixa contratuais que representam o pagamento de principal e juros. São classificados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados no ativo não circulante).

(d) Contraprestações a receber/prêmios a receber

São registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de provisão de contraprestações não ganhas (PPCNG) no passivo circulante, conforme período de cobertura do risco dos contratos vigentes na data do balanço e pelos valores a receber referentes a ressarcimento de eventos.

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros são reconhecidos pelo valor justo, sendo que os custos, os ganhos e perdas decorrentes da transação são contabilizados em contrapartida a conta específica do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os riscos e benefícios da propriedade tenham sido transferidos significativamente, pela Companhia.

2.3.3 Estimativa do valor justo

A Companhia aplica o CPC 46 – Mensuração do valor justo para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo de acordo com o nível hierárquico, e tem como política de gestão de risco financeiro a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras (nota 4.1).

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados operantes para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: informações para o ativo ou passivo que não são baseadas em variáveis observáveis de mercado.

2.3.4 Recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros

A Companhia avalia no final de cada período se há evidência de que a qualidade de crédito de um ativo ou grupo de ativos está deteriorada e os prejuízos de *impairment* são incorridos como resultado de um evento de perda, o qual tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros.

O *impairment* de ativos financeiros garante que os ativos estão adequadamente refletidos no balanço patrimonial de forma que seja reconhecido e provisionado adequadamente perdas esperadas de crédito e reflita seu valor justo e sua capacidade de geração de benefícios econômicos futuros.

A Companhia estima um percentual de probabilidade de recebimento de suas contraprestações a receber, de forma que desconsidere as faturas em atraso acima de 60 dias para contratos individuais e 90 dias para contratos coletivos. A estimativa é incorporada no fluxo de entradas projetado e contabilizado na provisão de cobertura remanescente de seguros. A Companhia revisa periodicamente as premissas utilizadas para a projeção do fluxo de entradas. As movimentações nas projeções realizadas impactam tanto no balanço patrimonial da companhia como a demonstração de resultados.

As demais classes de ativos financeiros classificadas a custo amortizado não contêm ativos classificados como *impaired*. A exposição máxima de risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada anteriormente.

2.3.5 Despesas de comercialização diferidas

São os gastos diretamente incrementais e relacionados à origem ou à renovação de contratos, ou seja, os valores pagos a título de agenciamento nos contratos coletivos e comissões pagas nos contratos individuais anuais, ambos apropriados ao resultado pelo prazo de 12 meses. Os demais gastos são registrados como despesas de comercialização, conforme incorridos.

2.4 Ativos e Passivos Não Circulante

2.4.1 Realizável a longo prazo

(a) Imposto de Renda e Contribuição Social (IRPJ/CSLL) diferidos – ativo

Os ativos fiscais diferidos cuja dedutibilidade seja provável são reconhecidos com relação às diferenças temporárias tributáveis, ou seja, sobre as diferenças que resultarão em valores a serem excluídos no cálculo do resultado tributável do imposto de renda e da contribuição social de exercícios futuros quando o valor contábil do ativo for recuperado (nota 10).

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas/realizadas.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

2.4.2 Imobilizado (uso próprio)

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear dos bens às taxas anuais (nota 11).

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor residual contábil e são reconhecidos no resultado.

2.5 Recuperabilidade (*impairment*) de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação/amortização são revisados anualmente para a verificação de impairment ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor contábil do ativo que excede seu valor recuperável (maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso).

2.6 Contratos de planos de assistência odontológica/teste de adequação dos passivos (TAP)

A Companhia emite contratos de assistência odontológica nos quais assume riscos, os quais incluem a frequência de utilização e flutuação dos custos odontológicos.

Caso seja identificada qualquer insuficiência, a Companhia registra a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo provisões adicionais aos passivos de provisões técnicas já registrados na data do teste.

O último teste foi realizado na data base de 31 de dezembro de 2023 de acordo com os segmentos de negócios da Companhia. Os fluxos foram projetados conforme previsto pela Resolução Normativa nº 528/2022 adotando as tábuas de mortalidade BR-EMSb-v.2021 segregadas por sexo para as saídas por morte. Além desse, projetou-se os fluxos com a tábua de permanência calculada com base na experiência da operadora. Após projeção dos fluxos, a operadora não apresentou insuficiência na data de realização dos testes, não havendo necessidade de ajustes nas provisões constituídas.

As premissas adotadas estão detalhadas abaixo:

- Despesas de comercialização diferida (DAC): alocada com base na distribuição do total de contraprestações de cada segmento.
- Sinistralidade: esta premissa foi obtida a partir da relação entre as despesas assistenciais e contraprestações, de contratos com preços preestabelecidos da base de dados, no período de janeiro a dezembro de 2023, a saber:

Sinistralidade	
Coletivo empresarial	37,49%
Coletivo por adesão	73,08%
Pessoa física	35,91%

- Despesas administrativas: equivale a 23,62% apurado com base na relação entre as respectivas despesas e as contraprestações observadas entre janeiro e dezembro de 2023.
- Despesas comerciais: obtidas na relação entre as respectivas despesas as contraprestações observadas no período entre janeiro e dezembro de 2023, a saber:

Despesas comerciais	
Coletivo empresarial	5,71%
Coletivo por adesão	5,71%
Pessoa física	11,81%

- Impostos: os impostos foram considerados nas despesas administrativas e correspondem ao mesmo período dos dados dessa informação.
- Econômicas: os fluxos foram trazidos a valor presente pela taxa a termo prefixada, divulgada mensalmente pela ANBIMA, em função da ausência de uma garantia, com os seguintes parâmetros:

PARÂMETROS					
Beta.0	Beta.1	Beta.2	Beta.3	Lambda.1	Lambda.2
0,12450	-0,00982	-0,06139	-0,05788	1,10021	0,24174

2.7 Provisões técnicas de operações de assistência odontológica

A Companhia constitui mensalmente no passivo circulante:

- (i) **Provisão de prêmios/contraprestações não ganhas (PPCNG):** calculada “*pro rata die*” com base nas contraprestações emitidas, sendo apropriada ao resultado de acordo com o período de cobertura do risco (nota 12.2).
- (ii) **Provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA):** estimada atuarialmente para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não foram registrados contabilmente pela Companhia (nota 12.2). O cálculo da PEONA foi elaborado com base em metodologia atuarial a partir da estruturação de triângulos de desenvolvimento dos registros de sinistros por ocorrência dos eventos (triângulos de “*run off*”), que consideram o período de experiência de eventos avisados nos últimos 18 meses.

2.8 Tributos e encargos sociais a recolher

- (i) **IRPJ e CSLL:** são calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão para IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 ao ano e engloba a parcela correspondente aos incentivos fiscais (notas 14 e 23). A CSLL é calculada à alíquota de 9% do lucro contábil ajustado (notas 14 e 23).
- (ii) **Demais obrigações federais:** composta, principalmente, por Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), calculadas com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente e constituídas às alíquotas de 0,65% e 4,0% respectivamente, ambas sobre o faturamento deduzido de eventos indenizáveis pagos (notas 14 e 18).
- (iii) **Obrigações municipais:** corresponde a Imposto Sobre Serviços (ISS) calculado com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, constituída a alíquotas que variam de 2% a 5% (notas 14 e 18).
- (iv) **Obrigações sociais:** encargos sociais a recolher, contribuições ao Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (nota 14).

2.9 Comercialização sobre operações

Compromissos relacionados a prestadores de serviços de intermediação de planos, comissões a pagar, em sua maioria liquidados mensalmente.

2.10 Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde

A Brasildental mantém contrato de risco cedido com a Odontoprev a qual é responsável pelo atendimento dos beneficiários da operadora, sendo que os eventos conhecidos são contabilizados na Odontoprev, observando-se a data de conhecimento e eventuais glosas. O pagamento aos prestadores de serviços de assistência odontológica (rede credenciada de atendimento da Odontoprev, formalizada por contrato desta com os prestadores de serviços), é realizado pela Odontoprev, motivo pelo qual o registro da PESL é mantido nesta empresa.

Na Brasildental, o custo de transferência de risco decorrente do atendimento odontológico de seus beneficiários pela Odontoprev é registrada no resultado em “eventos conhecidos prestados por rede indireta” e a taxa de administração é registrada em “contraprestações de corresponsabilidade cedida de assistência a odontológica - com preço preestabelecido” (notas 18 e 19) em contrapartida ao passivo “intercâmbio a pagar de corresponsabilidade cedida - preço pós-estabelecido”, de acordo com o anexo I – Normas Gerais, item 6.2.2 da RN 517/2022 e atualizações. A Odontoprev informa mensalmente à Companhia os atendimentos dos beneficiários e custos incorridos.

2.11 Débitos diversos

Obrigações com pessoal (salários, férias e honorários), fornecedores de serviços e bens, adiantamentos de clientes, e contas a pagar (nota 15).

Referem-se a obrigações a liquidar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios sendo registrados no passivo circulante, exceto se o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, classificados no passivo não circulante.

2.12 Provisões para ações judiciais (contingências)

A Companhia avalia suas contingências de acordo com as determinações emanadas pelo pronunciamento contábil CPC 25/IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, no qual apenas os processos estimados como “perdas prováveis”, baseados na opinião dos assessores jurídicos internos e externos sobre a causa das ações, na similaridade com processos anteriores, na complexidade da causa e na jurisprudência em casos semelhantes, 100% dos valores pretendidos são provisionados (nota 16).

Adicionalmente são analisados individualmente os processos administrativos com autuação pelos órgãos de defesa do consumidor (ex. Procon), ANS e órgãos de classe, com aplicação de sanção pecuniária e pendentes de julgamento, para os quais são estabelecidas estimativas individuais, que podem ser alteradas a depender da fase processual ou definição de entendimentos pelos órgãos. A Companhia considera relevantes tais processos administrativos, o que impõe provisão para referidos processos com base na estimativa de perda e de desembolso esperados.

Os processos judiciais relacionados a obrigações tributárias (legais, fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras por serem considerados obrigações legais, e são atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal.

2.13 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido (nota 17.1).

2.14 Reconhecimento das receitas

(a) Contraprestações líquidas

São receitas provenientes das operações de planos privados de assistência odontológica na modalidade de pré-pagamento, obrigatoriamente apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário “*pró-rata die*” do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura (nota 18). Os contratos, cuja vigência do risco já tenha iniciado, tem as parcelas das contraprestações correspondentes aos dias do período de cobertura futuro contabilizadas na conta de PPCNG (notas 2.7 e 12.2).

(b) Financeiras

Receitas oriundas dos rendimentos das aplicações financeiras e atualizações monetárias (nota 22).

2.15 Despesas assistenciais

As despesas assistenciais são reconhecidas no resultado pelo regime de competência, junto à conta “contraprestações de corresponsabilidade cedida de assistência à saúde”, considerando contrato de compartilhamento de risco existente firmado com a Odontoprev (nota 2.10). Tal contrato garante o atendimento odontológico aos beneficiários da Brasilental, pela Odontoprev, junto a rede credenciada e/ou mediante livre escolha de profissionais (nota 1).

2.16 Dividendos

A distribuição de dividendos para acionistas da Brasilental é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no Estatuto Social da Companhia que prevê um dividendo mínimo obrigatório de 50% sobre o lucro líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é mantido no patrimônio líquido, desde que não pago, até o término do exercício social, na conta “dividendo adicional proposto” (nota 17.3), até a sua aprovação pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

2.17 Normas e interpretações

Emenda Constitucional 132 de 20 de dezembro de 2023

Em 20 de dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional 132 que estabelece as bases para a Reforma Tributária. O principal efeito da aprovação é a unificação, a partir de 2033, de cinco tributos — ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS — em uma cobrança única, que será dividida entre os níveis federal (CBS: Contribuição sobre Bens e Serviços) e estadual/municipal (IBS: Imposto sobre Bens e Serviços). O texto aprovado necessita de regulamentação que se dará através da emissão de Leis Complementares que serão avaliadas pela Administração quando divulgadas pela Receita Federal do Brasil.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, sendo as revisões reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras incluem: (i) avaliação do valor justo das aplicações financeiras (nota 6), (bi) avaliação da provisão para perdas sobre créditos (nota 7) e (III) provisões técnicas de operações de assistência à saúde (nota 12.2).

4. Gerenciamento de riscos

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia mencionados a seguir são gerenciados por diferentes departamentos e contemplam estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela Administração.

4.1 Fatores de risco financeiro

4.1.1 Risco de mercado (taxa de juros)

Advém da possibilidade da Companhia estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor justo do portfólio das aplicações financeiras.

A Companhia adota a política de aplicação em fundos de curto prazo obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas e incluem a necessidade de alocação de recursos em conformidade com a RN 521/2022 da ANS, para a garantia das provisões técnicas. A carteira de aplicações financeiras da Companhia está exposta à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico.

Em atendimento ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação, a Companhia realizou análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, com base na variação da taxa SELIC, conforme destacado no quadro a seguir:

	31 de dezembro de 2023	
	SELIC (a.a)¹	Fundos de investimentos
Aplicações		27.688
Projeção rentabilidade próximos 12 meses:		Rentabilidade esperada
Provável (taxa de juros esperada Dez/24)	9,00%	2.492
Queda 2,0 p.p.	7,00%	1.938
Queda 3,0 p.p.	6,00%	1.661
Elevação 2,0 p.p.	11,00%	3.046
Elevação 3,0 p.p.	12,00%	3.323

¹Baseada no relatório Focus divulgado pelo Banco Central do Brasil

Os investimentos em fundos são classificados como nível hierárquico 2 (metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis de mercado (nota 2.3.3)).

A Companhia adotou em sua avaliação os percentuais 2,0 p.p e 3,0 p.p levando em conta a variação da taxa Selic nos últimos 12 meses e considera razoável a exposição de suas aplicações a esta variação.

	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022		Ratings das instituições financeiras					
	Rendimento médio em relação ao CDI		Rendimento médio em relação ao CDI		Fitch		Moody's		S&P	
	CP	LP	CP	LP	CP	LP	CP	LP	CP	LP
Títulos Públicos Governo Brasileiro	31.450	95,7%	41.111	93,7%		BB		Ba2		BB
	<u>31.450</u>		<u>41.111</u>							

4.1.2 Risco de crédito

Advém de a possibilidade da Companhia não receber os valores decorrentes das aplicações financeiras e contraprestações (notas 6 e 7). A Companhia apura provisão para perdas sobre créditos (nota 2.3.4) e monitora periodicamente o nível de suas contas a receber e das instituições financeiras onde mantém suas aplicações.

4.1.3 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez visa monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Companhia e dos seus instrumentos financeiros, elaborando análises de fluxo de caixa projetado e revisando periodicamente as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas.

Os recebimentos que compõem o fluxo de caixa da Companhia são oriundos, basicamente, dos contratos coletivos e individuais na modalidade pré-pagamento, que prevê a liquidação da mensalidade em contrapartida ao direito de utilização do benefício, o que ocorre em sua maioria no início de cada mês. Trata-se de ativos e passivos de curto prazo.

4.2 Risco de subscrição

O risco de subscrição é a medida de incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia quanto às incertezas existentes na estimação das provisões técnicas e relativas à precificação. O modelo de negócio da Brasil dental é baseado na cobrança de mensalidades ou anuidades aos clientes e está exposto a risco de seguro e de flutuação dos custos odontológicos, sendo que no setor de planos odontológicos o risco é limitado à frequência de utilização e pelo baixo custo dos tratamentos realizados.

No desenvolvimento e estruturação de planos odontológicos são levados em consideração os fatores:

Modelo de risco: pré-pagamento, taxa mensal per capita;

Modelo de atendimento: define como o beneficiário receberá a assistência: rede credenciada, livre escolha, unidades de atendimento próprias e consultórios odontológicos exclusivos no estabelecimento do cliente;

Modelo de adesão: integral (compulsória) ou parcial (livre adesão) ao plano;

Coberturas: conjunto de tratamentos odontológicos cujo custeio está total ou parcialmente coberto pelo plano contratado, a ANS determina uma cobertura odontológica mínima;

Fatores moderadores de utilização: coparticipação e carências;

Honorários: remunerações para os profissionais da rede credenciada, reembolso de livre escolha e clínicas próprias;

Material odontológico: valor acrescido à contraprestação de risco e destinado às despesas com material odontológico do programa de fidelidade dos profissionais da rede credenciada.

A flutuação dos custos odontológicos também tem impacto direto nos contratos de planos odontológicos pois podem ser aumentados em decorrência do volume de utilização, legislação e elevação dos valores dos materiais odontológicos.

Para gerenciar o risco de subscrição, a Companhia mantém contrato com a Odontoprev Serviços Ltda, a qual possui um sistema próprio que permite a avaliação individual de todos os tratamentos realizados, bem como possui departamentos especializados que atuam na estimação das provisões técnicas e na precificação dos planos odontológicos.

Os contratos coletivos, possuem cláusulas de multa por descumprimento contratual e de reajuste anual do valor das taxas praticadas através do índice de sinistralidade (custo de serviços dos últimos 12 meses dividido pela receita de vendas) e/ou pela inflação, conforme índice oficial contratualmente previsto. São também comercializados contratos individuais ou familiares, renováveis automaticamente por tempo indeterminado, com cláusulas de multa por rescisão e de reajuste conforme índice oficial contratualmente previsto.

A Companhia efetua acompanhamento constante de seus contratos para minimizar os riscos e garantir seu equilíbrio financeiro.

4.3 Riscos legal e regulatório - capital

A Companhia executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento, segundo critérios determinados pela ANS, bem como otimizar o retorno sobre o capital para os acionistas. A estratégia e o modelo utilizados pela Administração consideram ambos "capital regulatório" e "capital econômico". A Companhia mantém níveis de capital acima dos requerimentos regulatórios (nota 12.1).

4.4 Risco operacional

O risco operacional é a medida de incerteza que compreende os riscos relacionados aos procedimentos internos (perda resultante de inadequações ou falhas em processos internos, pessoas e sistemas), bem como os eventos externos.

A Companhia possui um conjunto de normas, processos e estruturas organizacionais para gerenciar o risco operacional, incluindo Auditoria Interna; departamentos de segunda linha de defesa; segregação de funções em atividades e processos; limitações de autoridade por alçadas; segurança lógica nos sistemas computacionais; canais de comunicação para recepção de denúncias; plano de continuidade do negócio; seguros contratados para coberturas dos prédios, máquinas, móveis, utensílios e instalações, veículos, lucros cessantes e responsabilidade civil de administradores e diretores.

5. Disponível (caixa e equivalentes de caixa)

	31 de dezembro de	
	2023	2022
Bancos conta movimento	99	118
Numerários em trânsito ¹	1.019	2.521
	1.118	2.639

¹ Recebimentos de clientes a serem transferidos por instituições financeiras, bem como valores monetários em confirmação.

6. Aplicações financeiras (ativos financeiros ao valor justo através do resultado)

Movimentação das aplicações financeiras - Valor justo através do resultado

	Garantidoras de provisões técnicas	Livres	Total
31 de dezembro de 2021	5.892	30.509	36.401
Aplicações	-	90.310	90.310
(-) Resgates	(102)	(89.810)	(89.912)
Rendimentos	709	3.603	4.312
31 de dezembro de 2022	6.499	34.612	41.111
Aplicações	-	77.930	77.930
(-) Resgates	(124)	(95.733)	(95.857)
Rendimentos	820	3.684	4.504
31 de dezembro de 2023	7.195	20.493	27.688

Aplicações garantidoras de provisões técnicas: cotas do fundo de investimentos aberto de renda fixa dedicado ANS em garantia ao saldo integral da PEONA.

Aplicações livres: cotas do fundo de investimentos aberto de renda fixa BB Institucional RF apurado com base em dados divulgados pela instituição financeira, administrada pela BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BB DTVM), sendo classificadas no ativo circulante.

7. Créditos de operações com planos de assistência à saúde (contraprestações pecuniárias a receber)

	31 de dezembro de	
	2023	2022
Contraprestações pecuniárias a receber (faturas)	5.697	5.992
Provisão para perdas sobre créditos (PPSC)	(1.547)	(2.914)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	4.150	3.078

Créditos de operações com planos de assistência à saúde por idade de vencimento

Vencimento	Faturas	PPSC	31 de dezembro de	
			2023	2022
A vencer	3.226	(19)	3.207	2.337
Vencidas até 30 dias	921	(225)	696	531
Vencidas de 31 a 60 dias	466	(254)	212	163
Vencidas de 61 a 90 dias	356	(332)	24	45
Vencidas acima de 91 dias	728	(717)	11	2
	5.697	(1.547)	4.150	3.078

Movimentação da provisão para perdas sobre créditos e contraprestações a receber

	31 de dezembro de	
	2023	2022
Contraprestações a receber (faturas)	5.697	5.992
PPSC: Saldo no início do exercício	(2.914)	(2.434)
PPSC: Reversões (provisões) no exercício	(3.664)	(6.100)
PPSC: Perdas efetivas	5.031	5.620
Provisão para perdas sobre créditos (PPSC)	(1.547)	(2.914)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	4.150	3.078
Adiantamentos de clientes	(91)	(168)
Contraprestações a receber	4.059	2.910

8. Créditos tributários e previdenciários

	31 de dezembro de	
	2023	2022
IRRF	31	31
IRPJ	22	22
CSLL	47	47
PIS e COFINS	164	165
ISS	40	-
	304	265

9. Bens e títulos a receber

	31 de dezembro de	
	2023	2022
Adiantamentos a funcionários	66	120
Adiantamentos a fornecedores ¹	270	3
TSS a recuperar ²	1.723	-
Demais créditos a receber	7	34
	2.066	157

¹Refere-se a valores pagos antecipados de prestação de serviços de tecnologia - manutenção do legado (BBS), sistema que gerencia os produtos de seguridade da Brasidentral.

²Em agosto de 2023, houve reconhecimento da recuperação dos valores pagos da taxa de saúde suplementar - TSS com efeito nas linhas de: "Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde" (R\$1.096 - valor principal), "receita financeira" (R\$627 - atualização monetária) (nota 27).

10. Ativos e passivos fiscais diferidos (imposto de renda e contribuição social)

	Expectativa de realização	Nota	31 de dezembro de 2022	Debitado (creditado) no resultado	31 de dezembro de 2023
Provisão para perda sobre créditos	até 12 meses	7	577	(52)	525
Provisões para ações judiciais	após 12 meses	16	76	29	105
Provisão para participações nos resultados	até 12 meses	-	240	(102)	138
Provisões diversas	até 12 meses	-	(56)	58	2
			837	(67)	770
Imposto de renda diferido			615	(71)	544
Contribuição social diferida			222	4	226

11. Imobilizado (uso próprio)

	Movimentação imobilizado								Taxa anual de depreciação (%)	
	31 de dezembro de 2022	Aquisições	Baixas	Depreciações / Amortizações	31 de dezembro de 2023	Custo de aquisição	Depreciações / Amortizações	Saldo contábil, líquido		
Equipos. de computação	76	-	-	(23)	53	116	(63)	53	20	-
Veículos	78	250	(60)	(39)	229	250	(21)	229	20	-
Máquinas e equipos.	3	-	-	(1)	2	2	-	2	10	-
Móveis e utensílios	22	-	(2)	(5)	15	25	(10)	15	10	-
Imobilizado	179	250	(62)	(68)	299	393	(94)	299		

12. Recursos próprios mínimos e provisões técnicas de operações de assistência à saúde

A ANS estabelece as regras para constituição de provisões técnicas e critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo de acordo com a RN 569/2022.

12.1 Recursos próprios mínimos

- O capital base (CB) representa o valor mínimo do patrimônio líquido, calculado a partir da multiplicação do fator K pelo capital de referência.
- O capital baseado em riscos (CBR) regra de capital que define montante variável a ser observado pela operadora em

função de fatores pré-determinados por modelo padrão estabelecido pela ANS, compreendendo os principais riscos envolvidos nas atividades relacionadas à operação de planos privados de assistência à saúde, quais sejam: o risco de subscrição, o risco de crédito, o risco de mercado, o risco legal e o risco operacional.

- (c) Capital Regulatório (CR) limite mínimo de Patrimônio Líquido Ajustado que a operadora deve observar, a qualquer tempo, em função das regras de capital
- (d) O risco de subscrição é a medida de incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da operadora no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimação das provisões técnicas e relativas à precificação. O capital baseado no risco de subscrição é composto pelas parcelas: (i) capital baseado no risco de precificação e (ii) capital baseado no risco de provisionamento.
- (e) O risco de crédito é a medida de incerteza relacionada à probabilidade da contraparte de uma operação, ou de um emissor de dívida, não honrar, total ou parcialmente, seus compromissos financeiros, ou de ter alterada sua classificação de risco de crédito.
- (f) O risco operacional é a medida de incerteza que compreende os riscos relacionados aos procedimentos internos (perda resultante de inadequações ou falhas em processos internos, pessoas e sistemas).
- (g) O risco legal é a medida de incerteza relacionada a falta de um completo embasamento legal; é o risco de não cumprimento de leis, regras, regulamentações, acordos, práticas vigentes ou padrões éticos aplicáveis, considerando, inclusive o risco de que a natureza do produto/serviço prestado possa tornar a operadora particularmente vulnerável a litígios.
- (h) O risco de mercado é a medida de incerteza relacionada à exposição a perdas decorrentes da volatilidade dos preços de ativos, tais como cotações de ações, taxas de juros, taxas cambiais, preços de commodities e preços de imóveis.

	Cálculo PMA, PLA, MS e S	
	31 de dezembro de	
	2023	2022
Capital de referência	11.227	10.883
(x) Fator K ¹	3,23%	3,23%
Patrimônio mínimo ajustado (PMA)	363	352
Patrimônio líquido contábil	17.553	28.644
Despesas de comercialização diferidas	(136)	(261)
Despesas antecipadas	(75)	(2)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	17.342	28.381
MS exigida ³ (R\$)	n/a	18.435
Suficiência exigida (PLA ANS - MS exigida) - até 2022	n/a	9.946
Capital Baseado em Risco (CBR)²	12.561	15.751
Suficiência exigida (PLA ANS - CBR) - à partir de 2023	4.781	12.630

¹Fator K corresponde a classificação: odontologia de grupo, segmento terciário e região 1 conforme anexo RN 526/2022.

²Em 31 de dezembro de 2023, o valor do CBR considera a utilização dos fatores reduzidos, nos termos do que fora definido no art. 6º da RN nº 569/2022. Em 31 de dezembro de 2022 os números seguem a RN 526 = risco de subscrição (CRS) + crédito (CRC) + operacional e legal (CRO).

12.2 Movimentação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	PPCNG	PEONA	DAC ¹
31 de dezembro de 2021	8.447	4.215	394
Contraprestações não ganhas	121.052	-	-
Contraprestações apropriadas ao resultado (nota 18)	(122.902)	-	-
Despesas de comercializações diferidas	-	-	662
Despesas de comercializações amortizadas	-	-	(795)
Variação de PEONA (nota 19)	-	(231)	-
31 de dezembro de 2022	6.597	3.984	261
Contraprestações não ganhas	119.921	-	-
Contraprestações apropriadas ao resultado (nota 18)	(119.989)	-	-
Despesas de comercializações diferidas	-	-	380
Despesas de comercializações amortizadas	-	-	(505)
Variação de PEONA (nota 19)	-	(153)	-
31 de dezembro de 2023	6.529	3.831	136

¹ Ativo diretamente relacionado a contratos de assistência odontológica.

13. Operadoras de planos de assistência à saúde

	31 de dezembro de	
	2023	2022
Saldo anterior	4.203	4.161
Corresponsabilidade cedida (nota 18)	14.516	14.390
Eventos conhecidos ou avisados (nota 19)	38.986	35.091
Eventos pagos	(53.365)	(49.439)
Saldo final	4.340	4.203

14. Tributos e encargos a recolher

	31 de dezembro de	
	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social a pagar¹	287	1.132
IRPJ	187	808
CSLL	100	324
Demais obrigações federais	389	421
PIS e COFINS	199	235
IRRF	93	65
INSS	80	107
FGTS	17	14
Obrigações fiscais municipais²	251	666
	927	2.219

¹ Impactado pela diminuição do lucro antes dos impostos, causados basicamente pela redução das Receitas com operações de assistência a saúde (nota 18), e aumento dos Eventos indenizáveis líquidos/sinistros retidos (nota 19).

² Em julho de 2023, ocorreu a reversão de provisões relativas ao ISS referente a valores arrecadados nos meses de jan e fev/18 incidentes pelo local do tomador, de acordo com a Lei Complementar 157 que foi suspensa logo depois pela ADI 5835, tendo sido esta julgada como inconstitucional, com efeito nas linhas de "Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde", em R\$440, e "Outras Despesas Financeiras", em R\$108, e efeito no Lucro Líquido de R\$548.

15. Débitos diversos

	31 de dezembro de	
	2023	2022
Provisões diversas	-	294
Publicações	-	192
Serviços	-	102
Créditos a identificar¹	272	17
Cobranças antecipadas	132	96
Outros	31	153
Salários, férias e honorários	927	838
Fornecedores de bens e serviços	1.125	782
Odontoprev Serviços (nota 24)	735	659
Outros	390	123
Adiantamentos de clientes (nota 7)	91	168
	2.578	2.348

¹Correspondem a valores recebidos de clientes ainda não identificados e que não ultrapassam o período de 60 dias.

16. Provisões para ações judiciais

Em 31 de dezembro de 2023 totalizaram R\$308 (R\$251 em 31 de dezembro de 2022).

(a) Fiscais

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui 03 processos judiciais fiscais, cuja probabilidade de perda é possível, no montante de R\$1.046, os quais não são provisionados.

(b) Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui 01 processo trabalhista, cuja probabilidade de perda na ação é possível, no montante de R\$69, o qual não está provisionado.

(c) Cível e Administrativo

(i) Cível

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui 22 processos judiciais de natureza cível (12 em 31 de dezembro de 2022), cuja probabilidade de perda é possível, no montante de R\$432 (R\$366 em 31 de dezembro de 22), os quais não são provisionados.

(ii) Administrativo

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui 05 processos administrativos no âmbito da ANS (10 em 31 de dezembro de 2022), cuja probabilidade de perda é possível, no montante de R\$292 (R\$432 em 31 de dezembro de 2022), por supostas infrações regulatórias que são objeto de discussão, os quais não são provisionados.

17. Patrimônio líquido

17.1 Capital social

	31 de dezembro de	
	2023	2022
Capital social subscrito e integralizado (R\$ mil)	9.500	9.500
Número de ações, sem valor nominal (qtd. ações)	380.000	380.000
Ações ordinárias	190.000	190.000
Ações preferenciais	190.000	190.000
Preço de emissão (R\$/ação)	25,00	25,00

17.2 Reservas de lucros

	31 de dezembro de	
	2023	2022
Reserva legal	1.900	1.900
Reserva de retenção de lucros	6.153	10.244
	8.053	12.144

Reserva legal: constituída obrigatoriamente pela Companhia, com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até que seu valor atinja 20% do capital social.

Limite de constituição da Reserva legal	
Capital social	9.500
(%) Limite de constituição	20
Limite reserva legal	1.900

Movimentação da Reserva legal	
31 de dezembro de 2022	1.900
Constituição em 2023	-
31 de dezembro de 2023	1.900

Reserva de retenção de lucros: constituída nos termos da Lei 6.404/1976 após destinação da reserva legal e dividendos obrigatórios.

17.3 Distribuição do resultado

	31 de dezembro de	
	2023	2022
Lucro líquido do exercício	22.909	27.870
(%) Percentual dividendo mínimo obrigatório conforme Estatuto	50	50
Dividendo mínimo obrigatório	11.455	13.935
Dividendos intercalares pagos	22.000	16.400
Dividendo adicional proposto	-	7.000
Destinação:		
Constituição reserva de retenção de lucros	(909)	(4.470)

18. Contraprestações efetivas/prêmios ganhos de planos de assistência à saúde

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Contraprestações líquidas/prêmios retidos	123.413	125.230
Corresponsabilidade cedida (nota 13)	(14.516)	(14.390)
Contraprestações canceladas ou restituídas	(3.424)	(2.328)
Receitas com operações de assistência a saúde/contraprestações líquidas	105.473	108.512
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora	(4.674)	(5.001)
Contraprestações efetivas/prêmios ganhos de planos de assistência à saúde	100.799	103.511

19. Despesas assistenciais

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Eventos conhecidos ou avisados (nota 13)	(38.986)	(35.091)
Variação da PEONA (nota 12.2)	153	231
Eventos indenizáveis líquidos/sinistros retidos	(38.833)	(34.860)

20. Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde

	31 de dezembro de	
	2023	2022
TSS a recuperar ¹	1.096	-
Provisão ISS ²	440	-
Outras receitas	7	118
	1.543	118

¹Em agosto de 2023, houve reconhecimento da recuperação dos valores pagos da taxa de saúde suplementar - TSS com efeito nas linhas de: "Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde" (R\$1.096 - valor principal), "receita financeira" (R\$627 - atualização monetária).

² Em julho de 2023, ocorreu a reversão de provisões relativas ao ISS referente a valores arrecadados nos meses de jan e fev/18 incidentes pelo local do tomador, de acordo com a Lei Complementar 157 que foi suspensa logo depois pela ADI 5835, tendo sido esta julgada como inconstitucional, com efeito nas linhas de "Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde", em R\$440, e "Outras Despesas Financeiras", em R\$108, e efeito no Lucro Líquido de R\$548.

21. Despesas administrativas

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Pessoal	(4.925)	(4.769)
Serviços terceiros ¹	(13.932)	(14.051)
Localização e funcionamento	(2.383)	(2.015)
Publicidade e propaganda	(898)	(1.197)
Taxas e tributos	(84)	(45)
Depreciações e amortizações	(68)	(32)
Outras ²	(40)	3.181
	(22.330)	(18.928)

¹ Refere-se, principalmente, a prestação de serviços da Odontoprev Serviços (nota 24).

² Em 2022, inclui reversão da taxa ANS de saúde suplementar.

22. Resultado financeiro líquido

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Rendimentos de aplicações financeiras	4.504	4.312
Atualização Monetária - TSS a recuperar ¹	627	-
Outras receitas financeiras	243	214
Receitas financeiras	5.374	4.526
Tarifas bancárias	(248)	(7)
Atualização monetária de taxa de saúde suplementar ANS ²	-	379
Outras despesas financeiras ³	(1.207)	(173)
Despesas financeiras	(1.455)	199
	3.919	4.725

¹ Em agosto de 2023, houve reconhecimento da recuperação dos valores pagos da taxa de saúde suplementar - TSS com efeito nas linhas de: "Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde" (R\$1.096 - valor principal), "receita financeira" (R\$627 - atualização monetária).

² Em 2022, inclui reversão da taxa ANS de saúde suplementar.

³ Em julho de 2023, ocorreu a reversão de provisões relativas ao ISS referente a valores arrecadados nos meses de jan e fev/18 incidentes pelo local do tomador, de acordo com a Lei Complementar 157 que foi suspensa logo depois pela ADI 5835, tendo sido esta julgada como inconstitucional, com efeito nas linhas de "Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde", em R\$440, e "Outras Despesas Financeiras", em R\$108, e efeito no Lucro Líquido de R\$548.

23. Cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Resultado antes dos impostos e participações	34.940	42.293
Alíquota vigente (%)	34	34
Expectativa de despesas de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(11.880)	(14.380)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes / temporárias:		
Provisão / (reversão) para perdas sobre créditos	51	(156)
Brindes	(23)	(12)
Provisão / (reversão) para ações judiciais	(29)	1.222
Provisões / (reversões) diversas	(56)	85
Outras	(26)	(54)
Despesa de IRPJ e CSLL correntes	(11.963)	(13.295)
Resultado de Exercícios Anteriores		
PAT 2017	-	22
Despesa de IRPJ e CSLL total	(11.963)	(13.273)
Receita (despesa) de IRPJ e CSLL diferidos	(67)	(1.150)
Despesa de IRPJ e CSLL total	(12.030)	(14.423)
Alíquota efetiva	34,4%	34,1%

24. Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas.

Operações da Companhia com suas partes relacionadas	Natureza	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
		31 de dezembro de		31 de dezembro de		31 de dezembro de		31 de dezembro de	
		2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Odontoprev	Serviços administrativos	4.331	4.203	-	-	-	-	-	-
Odontoprev Serviços	Serviços administrativos	735	659	-	-	9.890	10.058	-	-
Brasidental	Serviços administrativos	-	-	5.066	4.862	-	-	(9.890)	(10.058)
Odontoprev	Corresponsabilidade assumida	-	-	-	-	53.502	49.481	-	-
Brasidental	Corresponsabilidade cedida (nota 13)	-	-	-	-	-	-	(53.502)	(49.481)
Total		5.066	4.862	5.066	4.862	63.392	59.539	(63.392)	(59.539)

A Companhia mantém operações com empresas dos grupos Banco do Brasil e Bradesco, nos quais estão incluídas as acionistas da Companhia BB Seguros e Odontoprev respectivamente, conforme demonstradas a seguir:

Empresas relacionadas com o Banco do Brasil	Natureza	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
		Ativo	Receita	Despesa	Ativo	Receita	Despesa
Banco do Brasil S.A.	Conta corrente	99	-	-	118	-	-
BB DTVM	Aplicações financeiras	27.688	-	-	41.111	-	-
Banco do Brasil S.A.	Contraprestação emitida	-	31.313	-	-	30.495	-
BB DTVM	Receita de aplicações financeiras	-	4.504	-	-	3.603	-
BB Corretora de Seguros e Administração de Bens S.A.	Comissões	-	-	(4.954)	-	-	(2.071)
Banco do Brasil S.A.	Tarifa bancária	-	-	(107)	-	-	(7)
Banco do Brasil S.A.	Contribuição patronal	-	-	(32)	-	-	(28)
Banco do Brasil S.A.	Administração de contas a pagar e a receber	-	-	(493)	-	-	(357)
Banco do Brasil S.A.	Força de vendas	-	-	(3.266)	-	-	(3.153)
		27.787	35.817	(8.852)	41.229	34.098	(5.616)
Empresas relacionadas com Banco Bradesco							
Bradesco Saúde S.A.	Assistência médica - funcionários	-	-	(399)	-	-	(355)
Bradesco Vida e Previdência S.A.	Seguro de vida - funcionários	-	-	(8)	-	-	(7)
		-	-	(407)	-	-	(362)

A Companhia concede participações no resultado a seus colaboradores e Administradores. Em 31 de dezembro de 2023 foi apropriado, à título de participações no resultado, o montante de R\$497 (R\$272 em 31 de dezembro de 2022).

25. Remuneração da Administração

A remuneração aos Administradores é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado e reconhecido contabilmente como despesa encontra-se relacionado a seguir:

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Diretoria Estatutária	966	917
Pró-labore	693	648
Benefícios	150	139
Bônus	123	130
Conselho de Administração	604	627
Pró-labore	604	627
Conselho Fiscal	-	70
Pró-labore	-	70
	1.570	1.614

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações do seu capital social.

26. Conciliação do lucro líquido com as atividades operacionais

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	22.909	27.870
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa das atividades operacionais:		
Provisão de prêmios/contraprestações não ganhas (PPCNG)	(68)	826
Varição da provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA)	(153)	(231)
Resultado na alienação de ativo não circulante e outros	(2)	-
Depreciações e amortizações	68	32
Variações monetárias, líquidas	(649)	(356)
Provisões para ações judiciais	467	(3.515)
Provisão para perdas sobre créditos	3.664	6.100
Provisão de imposto de renda e contribuição social	12.030	14.423
	38.266	45.149
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Aplicações financeiras (ativos financeiros ao valor justo através do resultado)	13.423	(4.710)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde (contraprestações pecuniárias a receber)	(4.736)	(6.343)
Despesas de comercialização diferidas	125	133
Créditos tributários e previdenciários	(39)	(18)
Bens e títulos a receber	(1.907)	(64)
Despesas antecipadas	(73)	2
Realizável a longo prazo (não circulante)	881	1
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Débitos de operações de assistência à saúde	140	(18)
Tributos a recolher (obrigações fiscais)	(447)	8
Débitos diversos	321	(38)
Exigível a longo prazo (passivo não circulante)	(477)	42
	45.477	34.144
Imposto de renda e contribuição social pagos	(12.808)	(13.089)
AUMENTO DE CAIXA GERADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	32.669	21.055

27. Eventos subsequentes

Em 25 de janeiro de 2024, a Companhia tomou conhecimento do depósito judicial realizado pela União Federal relativo ao crédito retroativo relacionado a não exigibilidade da Taxa de Saúde Suplementar (TSS) pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, adotando as medidas necessárias para seu levantamento.

Em 2017, e em linha com outras operadoras e seguradoras do segmento de saúde suplementar, a Companhia ingressou com ação judicial visando afastar a obrigatoriedade de recolhimento da TSS, e devolução de valores pagos nos últimos cinco anos anteriores à entrada do processo.

O valor de R\$1.723, integralmente provisionado, foi revertido nessas demonstrações financeiras (nota 9).

Em 09 de fevereiro de 2024, o valor atualizado de R\$1.727 foi transferido para a conta bancária da Companhia.